

# Política Industrial no Brasil (1995-2008)

Mariana da Silva  
Contato: mariana.ds@ibest.com.br  
Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido na pesquisa “A Construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no Brasil: funções econômicas e controle da sociedade” vinculada à Cátedra IPEA para o desenvolvimento. Este estudo se deve às importantes funções que a política industrial pode desempenhar para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, foi examinado o desenvolvimento da política industrial no Brasil durante o período de 1995 a 2008, intervalo que pode ser dividido num tempo em que houve hegemonia do paradigma liberal de 1995 até 2003, quando foram divulgadas as bases da política industrial do Governo Lula.

## METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o período, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros teóricos, artigos e documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

## POLÍTICA INDUSTRIAL

Observou-se que durante a década de 1990, a política industrial no Brasil foi relegada a um segundo plano, pela hegemonia da perspectiva liberal e pelos planos de estabilização monetária.

Os mecanismos de livre mercado passaram a ser considerados uma forma de promover o desenvolvimento industrial. Assim, foi feita a opção pela inserção competitiva da economia brasileira no cenário internacional.

Com a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) volta-se à possibilidade de promover o crescimento econômico através da política industrial.

A PITCE se caracteriza por ser um instrumento renovado de política industrial. Esta deixa de ser considerada um meio de equilibrar a balança comercial, desequilibrada pelos efeitos da política de estabilização macroeconômica.

Entretanto, a implementação da PITCE, foi dificultada pelos efeitos adversos da política macroeconômica decorrentes da utilização da taxa básica de juros como principal instrumento de controle da inflação, levando ao encarecimento da produção e da comercialização, e ao desestímulo ao investimento produtivo.

A PITCE privilegiou dois vetores: a horizontalidade e a inovação. Em relação à horizontalidade foram utilizados instrumentos de competências gerais, reformas institucionais (criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, CNDI, e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ABDI) e normativas. A inovação se voltava para a busca da competitividade e da inserção externa da indústria brasileira.

A Política de Desenvolvimento Produtivo é uma continuidade da PITCE, mas com evolução. A política é ampliada para um número maior de setores e objetivos. Influenciada pelo cenário econômico favorável em que se encontrava.

### Programas da Política de Desenvolvimento Produtivo e seus respectivos setores.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se considerar que a política industrial volta a ser entendida como um instrumento de crescimento econômico. Nesse momento, ela se diferencia das anteriores por já contar com uma estrutura industrial consolidada. Deste modo, busca um melhor aproveitamento da indústria brasileira, inserindo-a internacionalmente e promovendo o desenvolvimento de longo prazo do país. Com essa política, o Estado brasileiro está realizando funções econômicas desenvolvimentistas.